

Financiamento: Contrato sem confiança

O financiamento público do Ensino Superior é, desde há muito, um debate em aberto na sociedade portuguesa. Ao longo da última legislatura, as instituições de Ensino Superior não foram devidamente compensadas pelos efeitos da política de “reversões” encetada pelo anterior Governo, agora reconduzido em funções.

Num momento em que estará para ser entregue à Assembleia da República, a proposta de Orçamento do Estado para 2020, convém recordar que, apesar da consistente recuperação do valor dotado às IES, registada ao longo dos últimos anos, o montante inscrito no Orçamentos do Estado para 2019, cifrou-se cerca de 12 milhões abaixo do último orçamento que antecedeu o período de assistência financeira ao país. Assim, o próximo ano, 2020, poderá ser o primeiro ano num total de 10, onde o valor inscrito vai, finalmente, ultrapassar os 1.117 milhões de euros inscritos em 2010.

Porém, as IES têm alertado para a necessidade de um aumento significativo do orçamento destinado ao setor, sinalizando que as dotações recebidas apenas permitem suportar custos fixos de funcionamento. Segundo estas, o aumento das dotações verificado ao longo dos últimos anos, segundo as IES, apenas permitiu atenuar os efeitos do descongelamento progressivo das carreiras docente e não docente, do aumento do salário mínimo nacional e de outros custos associados à regularização de vínculos precários.

No início da legislatura anterior, foi assinado o “Compromisso com a Ciência e o Conhecimento”, entre o Governo e a maioria das IES públicas, com o propósito de garantir a estabilidade orçamental das instituições durante os anos que se seguiram, até ao final da legislatura, em 2019. Porém, o compromisso assinado em 2016 limitou-se à não diminuição do financiamento, sem garantias quanto ao aumento da capacidade de investimento.

Recentemente, a 29 de novembro de 2019, as IES assinaram, com o Governo, o “Contrato de Legislatura”, orientado para estimular a convergência de Portugal com a Europa até 2030. Neste âmbito, um dos objetivos será contribuir para o alargar da base social de recrutamento para o Ensino Superior, de modo a atingir 50% de graduados na faixa etária 30-34 anos, até 2030. Outros objetivos, como a diversificação e especialização do processo de ensino/aprendizagem, a intensificação das atividades de Inovação & Desenvolvimento, a



promoção do emprego qualificado e o reforço da transferência de conhecimento e da internacionalização, também surgem mencionados no documento.

Os eixos mencionados são coerentes com muitas das recomendações deixadas pela OCDE, na sequência da avaliação externa realizada ao setor. Porém, o relatório entregue por esta organização indicava que o investimento público teria que crescer para quase o dobro ao longo da próxima década. No que respeita ao investimento em Ciência e Ensino Superior, segundo o INE, Portugal investiu 1,33 % do PIB em 2018, o que representa um crescimento de apenas 0,06 % durante a última legislatura, sendo o objetivo alcançar um investimento de 3% até 2030, conforme também se encontra referido no “Contrato para a Legislatura”.

O novo compromisso, para esta legislatura, introduz uma novidade relativamente ao anterior, assegurando que em cada ano, o aumento da dotação será sempre superior ao do eventual aumento dos salários definido para a função pública. Este é um ponto que visa garantir que a dotação das IES em cada ano aumenta mais do que a sua principal fonte de despesa. De modo a compensar as IES pela redução do valor da propina, que este compromisso adianta que será para manter, o Estado compromete-se a fazer a reposição integral da diferença e, adicionalmente, a aumentar em 2%, por ano, o valor a transferir.

No entanto, o compromisso assinado, no que compete às IES, prevê um reforço das receitas próprias e da captação de fundos comunitários. Ademais, está também estabelecido que as estratégias de desenvolvimento institucional e de diversificação das fontes de financiamento devem ser publicitadas até seis meses após a assinatura do “Contrato para a Legislatura”.

Ainda que a diversificação das fontes de financiamento seja um aspeto importante para o desenvolvimento institucional, reduzindo a dependência das IES face a cada fonte específica de financiamento, o forte pendor colocado nesta dimensão, se interpretado a par do ténue compromisso quanto ao aumento do financiamento público, permite deduzir que o sistema de ensino superior continuará sem capacidade de realizar despesa de investimento. Esta é uma situação que preocupa as Associações e Federações Académicas e de Estudantes, pois a concretização dos objetivos e metas assumidos depende, em muito, da concretização de um quadro orçamental adequado.



Por conseguinte, as Associações e Federações Académicas e de Estudantes reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, em Coimbra, nos dias 14 e 15 de dezembro de 2019, instigam o Governo e, em particular, os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e também das Finanças a:

- Reforçar progressivamente as dotações orçamentais destinadas às IES, em montantes suficientes para permitir o desenvolvimento de programas de desenvolvimento institucional, focados nas dimensões do ensino-aprendizagem, investigação e transferência de conhecimento, muito importante, fomentando modernização administrativa;
- Estabelecer, para o médio prazo, estímulos financeiros ao estabelecimento de parcerias e consórcios.
- Considerar, em rúbrica aparte do orçamento geral para as IES e para ação social direta, verbas destinadas ao estabelecimento de protocolos entre as IES e operadores privados e de particulares que disponibilizem edificado para alojamento universitário, assegurando o acesso dos estudantes a preços acessíveis, enquanto decorre a reabilitação e/ou construção de residências.

Proponente: FAP

Subscritores:

Destinatários: Partidos políticos representados na Assembleia da República, MCTES, Ministério das Finanças.